



A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL CONCILIADA COM A BNCC

Manuela Camila Alves dos Santos Araújo¹
Allan Diego Rodrigues Figueiredo²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a prática docente do professor de educação infantil conciliada com o que aborda a Base Nacional Comum Curricular, verificando quais elementos apontados nesse documento poderão ser considerados. Construída a partir da abordagem qualitativa e estudo bibliográfico, a pesquisa lançou mão da reflexão produzida por alguns autores abalizados sobre o tema, como Tardif (2002), Freire (2009), Campos e Barbosa (2015); Cesari, Sousa e Cunha (2016) e Mello e Sudbrack (2019). O estudo proposto constatou a necessidade urgente e constante da formação dos educadores na perspectiva da conciliação da BNCC com as exigências pedagógicas da Educação Infantil, visando a assegurar uma formação humana integral para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Palavras-chave: BNCC, Educação Infantil, Prática Docente.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a prática docente na educação infantil conciliada com a BNCC. Pensar em educação infantil é pensar em uma metodologia voltada para o desenvolvimento integral da criança. Assim, podemos considerar que a etapa da educação infantil é a base do desenvolvimento inicial da criança. Com a normatização da BNCC, o docente deverá conciliar a sua prática, levando suas experiências no cotidiano escolar a serem (re)pensadas e pautadas em questionamentos, com o que aborda esse documento normativo sobre a educação infantil. Questionamentos referentes à sua metodologia, utilizada em sala de aula, o faz indagar-se constantemente: Os conteúdos abordados condizem com a faixa etária das crianças? As crianças estão conseguindo alcançar o desenvolvimento almejado? Esse desenvolvimento a que se refere

¹ Pós-Graduada em Psicopedagogia pela UNIFACOL(FACOL). E-mail: camila17260@gmail.com

² Doutorando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu-UFPE), Mestre em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC-UFPE), Licenciado em Filosofia pela Faculdade São Bento da Bahia. E-mail: allandiego_st@hotmail.com



é de maneira integral ou não? Como melhorar a sua prática? Os campos de experiências conceituados na BNCC estão sendo utilizados corretamente? Os direitos de aprendizagem dessa criança estão sendo garantidos pela escola e pelo docente?... São inúmeras as dúvidas que surgem em torno da prática docente e do que é conceituado no documento da BNCC. Dessa maneira, torna-se fundamental perceber como a prática docente é influenciada pela BNCC e como estas se articulam em relação à criança que está em constante desenvolvimento. Com isso, apontamos como objetivo analisar a prática docente do professor de educação infantil conciliada com o que aborda a BNCC, verificando quais elementos apontados nesse documento poderão ser considerados. A justificativa se pauta nas experiências no cotidiano em sala de aula como docente de crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e, em sua maioria, através de observações do trabalho de outras professoras nos espaços de educação infantil, o que fez com que surgissem inquietações sobre a prática docente na educação infantil e como a BNCC poderá contribuir ou não para preencher as lacunas educacionais, fortalecendo a prática de professores, que se encontra em constante processo de transformação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é construída a partir da abordagem qualitativa, pois a pesquisa qualitativa é perpassada por aspectos subjetivos que não podem ser quantificados, considerando que esta abordagem utiliza-se da significação dos fatos, das emoções dos sujeitos, de seus comportamentos, dos seus princípios e no que acreditam (MINAYO, 2009, p. 22). Dessa maneira, a pesquisa qualitativa permite que os dados adquiridos sejam analisados em sua totalidade, na maioria dos casos e, dificilmente, terá a necessidade de uma quantificação, pois o que se valoriza, de fato, é o que o ser humano deve ser considerado em todas as suas dimensões e possibilidades, sobretudo, através da experiência. É importante destacar que a autora afirma que a pesquisa social deve ter uma abordagem qualitativa, uma vez que irá considerar as subjetividades dos sujeitos para a estruturação do conhecimento científico.

Trata-se de uma pesquisa teórica, de caráter bibliográfico, com revisão de literatura produzida por autores que têm publicado reflexão consistente sobre a temática do Ensino Infantil a partir da definição da Base Nacional Comum Curricular, mais



especificamente acerca das suas implicações e a necessária adequação por parte dos educadores deste segmento.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Prática Docente na Educação Infantil

A prática docente é o saber-fazer em sala de aula, ou seja, é justamente como o professor irá elaborar e desenvolver sua metodologia de acordo com as necessidades educativas da turma de Educação Infantil e sempre buscando inovar em sua prática. Por isso, um bom docente da Educação Infantil deve ser aquele que está sempre pesquisando, refazendo, criticando e inovando, para que a sua prática docente esteja sempre sendo atualizada e dessa maneira, seja mais competente em seu trabalho educativo. Como elucida Tardif (2002, p. 69):

Tudo leva a crer que os saberes adquiridos durante a trajetória pré-profissional, isto é, quando da socialização primária e, sobretudo quando da socialização escolar, têm um peso importante na compreensão da natureza dos saberes, do saber fazer e do saber ser que serão mobilizados e utilizados em seguida quando dá socialização profissional e no próprio exercício do magistério.

Diante desta assertiva, compreende-se que a relevância da competência profissional desse docente, em parte, está ligada a como se deu o percurso de sua formação (inicial), dos conhecimentos aprendidos e também através do que foi vivenciado. Deste modo, numa Prática Docente direcionada para a Educação Infantil, recomenda-se incluir um processo de ensino e aprendizagem que valorize a criança, para que ela (re)encontre sua identidade como ser humano por meio do respeito à singularidade que cada um possui, entendendo as crianças da maneira como elas são, sem obrigá-las a padrões de ensino que já estão prontos e/ou pré-estabelecidos, retirando assim, a sua essência de infância, ou seja, uma prática que proporcione uma educação apropriada às suas necessidades de desenvolvimento pessoal e social.

Logo, para se ter uma boa formação precisamos entender que toda prática necessita de uma teoria, ou seja, as duas apoiam-se e possibilitam bases que nortearão a Prática Docente. O professor não deve, porém, somente utilizar os referenciais teóricos



como eixo principal para a sua prática. Será necessário que considere também os saberes que as crianças já têm, provenientes de suas experiências do meio social no qual estão inseridas; nisto inclui-se aspectos cognitivos, afetivos e da vida social, valorizando os seus conhecimentos previamente adquiridos no seu cotidiano. Assim, o docente poderá determinar um plano de ensino que o auxilie em sua prática, proporcionando a aprendizagem significativa de cada criança. Por esse motivo, o docente de Educação Infantil deverá estar em contínuo processo de aperfeiçoamento para a sua formação profissional:

[...] Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino por que busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar novidade. (FREIRE 2009, p. 30-31).

De acordo com o que Freire aborda, à medida em que o professor busca estar sempre se qualificando para melhorar cada vez mais em sua Prática Docente, o mesmo estará investigando sobre melhores métodos de ensino. O professor sempre será um pesquisador e não apenas um transmissor de conhecimentos. Viabiliza, assim, uma prática dinâmica, mais humanizada e preocupada com um currículo que considere a criança em seu pleno desenvolvimento, auxiliando-a na mediação entre professor e família, ajudando-a na busca de suprir as suas necessidades dentro do ambiente no qual ela está inserida.

O professor, portanto, por ser um mediador entre a criança e o que ela irá aprender, possui a incumbência de garantir um ambiente repleto de criatividade e prazeroso, determinando um desenvolvimento satisfatório.

A Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular(BNCC)

O documento normativo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já estava previsto na LDB 9394/96, no PNE/2014 e na Constituição Federal do Brasil de 1988. Para a sua elaboração participaram vários tipos de perfis: indivíduos, organizações, escolas de todo o país, associações científicas e professores. Antes da criação da BNCC, foram criados dois documentos direcionados para a educação infantil: o Referencial



Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998), que tem como foco o desenvolvimento integral da criança, efetivado mediante os estímulos dados pelos professores e/ou escola, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009), que, além de trabalhar a questão do desenvolvimento integral, do cuidar e o educar na criança, também, serviu de fundamentação teórica para a BNCC. E isso nos faz perceber que, enquanto o RCNEI está focado nos conteúdos que nortearão e farão parte das experiências das crianças, as DCNEI e a BNCC têm o foco voltado para que a criança seja protagonista de sua própria história, uma vez que as DCNEI/2009 definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Com a criação desse documento, o intuito é tentar trazer melhorias para a educação básica de nosso país, e dessa maneira, suavizar e/ou acabar com a discrepância no ensino e na forma como ele é transmitido/ensinado em diversas regiões brasileiras. A BNCC estabelece os direitos, apesar de vivermos em um país com tantas diferenças econômicas e sociais, que todas as crianças/alunos têm de aprender e se desenvolver, e isso independe da localidade em que estudam (CAMPOS; BARBOSA, 2015).

A concepção de currículo defendida nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil-DCNEI (BRASIL, 2010) destaca a ação mediadora da instituição de Educação Infantil como a responsável por articular as experiências e saberes das crianças com os conhecimentos presentes na cultura mais ampla. O cotidiano dessas unidades de ensino é o contexto das vivências dessas crianças, no qual experimentam e desenvolvem sua aprendizagem, o que requer como contextos de vivência, aprendizagem e desenvolvimento. O currículo requer a organização de diversos aspectos, o que deve ser responsabilidade dos educadores (CEZARI; SOUSA; CUNHA, 2016).

Vale destacar que as instituições de ensino, principalmente as de educação infantil, e os sistemas de ensino, devem elaborar seus planos educacionais conciliados à



BNCC de acordo com as peculiaridades de sua região. Segundo Mello e Sudbrack (2019), a Base respeita e supõe a autonomia para as redes de ensino e para as instituições escolares “construírem os próprios currículos, de acordo com os contextos, características dos alunos, realidades e necessidades, decidindo prioridades” (MELLO; SUDBRACK, 2019, p. 11). Tais propostas, porém, devem estar adequadas ao que estabelece a própria base, considerando que a base não está universalizando um tipo de currículo sem flexibilidade, mas sim, algo que servirá de norte para os docentes e demais profissionais da área educacional na construção de seus planejamentos e metodologias, uma vez que é preciso incluir a parte diversificada durante a elaboração dos planejamentos de ensino, de acordo com cada localidade, garantindo a esses discentes que seus direitos de uma aprendizagem democrática sejam efetivados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatamos que o principal agente de aplicação da BNCC na Educação Infantil é o professor. É na sua prática pedagógica, no cotidiano escolar, que os educadores vão superando os desafios que se apresentam, aprendendo a desenvolver as competências dos alunos e ao mesmo tempo crescendo na prática de uma pedagogia diferenciada que garanta a todos os direitos de aprendizagem. Percebemos a necessidade urgente e constante da formação dos educadores na perspectiva da conciliação da BNCC com as exigências pedagógicas da Educação Infantil. Sem esta formação, a implementação da BNCC não se dá de forma igualitária e consistente.

É necessário lembrar, no entanto, que a formação permanente dos educadores, visando a esta adequação, precisa estar atenta às demandas do século XXI e às necessidades dos educandos, o que supõe uma formação contextualizada, que seja capaz de capacitar os docentes para, na prática pedagógica, promover o protagonismo estudantil, considerando que o papel do professor não é apenas “lecionar”, mas favorecer um processo educativo baseado no diálogo e no aprendizado mútuo, o que significa dizer que o educador, enquanto ensina, aprende. A formação dos educadores deve ter o foco na aprendizagem mediada por experiências práticas, pesquisa e envolvimento ativo dos educandos e da família.



Outra constatação que fizemos no decorrer da pesquisa foi a percepção, por parte dos educadores, de que os cinco campos de experiências propostos pela BNCC – o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – estimulam uma mudança conceitual no currículo da Educação Infantil, considerando a criança não como um mero receptor das mensagens e ensinamentos transmitidos pelos adultos, mas ressaltando a sua capacidade de produzir cultura. Tal percepção tem mobilizado os educadores na busca de conhecer melhor esta nova base estrutural pedagógica – com a mudança conceitual subjacente – e desenvolver uma prática educativa adequada para cada etapa, organizando um currículo melhor articulado em torno desses campos e condizente com o contexto dos educandos.

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, que constituem a mais expressiva novidade da BNCC, é outra questão fundamental que observamos bastante presente no horizonte dos educadores quando tratam de conciliar a BNCC com a sua prática enquanto educadores infantis. Os verbos que expressam esses direitos – conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se – têm sido fundamentais para os educadores em cada elaboração de plano de aula, em cada definição de atividades, no planejamento e execução das experiências pedagógicas em geral. A preocupação em garantir que estes direitos das crianças sejam respeitados e promovidos é uma constante nas experiências que analisamos em nossa pesquisa, nas quais são abundantes e diversificados os jogos, rodas de conversa, atividades artísticas, que mobilizam a sensibilidade e a capacidade no uso da linguagem, da interação e autoconhecimento.

Em relação às 10 competências gerais da educação básica, definidas logo no início do documento como expressão do seu objetivo primordial – “assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2020, p. 25) – constatamos, em nossa pesquisa, ser este o ponto que deixa algo a desejar do ponto de vista da formação e capacitação dos educadores. Embora se perceba muito empenho e compromisso por parte dos docentes na vivência do seu ofício como educadores, podemos constatar inconsistências no conhecimento mais aprofundado destas competências gerais definidas na BNCC, o que pode ser um sinal revelador de certa deficiência dos programas de formação de professores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os questionamentos que motivaram esta pesquisa – as inquietações nascidas no cotidiano da prática docente no Ensino Infantil diante do desafio de conciliá-la com o que determina a Base Nacional Comum Curricular – e observando o caminho percorrido na investigação, percebemos que há um esforço generalizado de educadores e instituições de ensino, tanto particulares quanto públicas, no sentido de operacionalizar em sua prática a conciliação que o novo contexto da educação no Brasil exige. É possível constatar que a BNCC já exerce influência efetiva nos planos de educação em seus vários níveis, podendo ser reconhecido no cotidiano de nossas escolas. O grande desafio é que a conciliação que se propõe seja contemplada mais eficazmente nos programas e cursos de formação de professores, com mais investimento público na formação docente, principalmente para os primeiros anos da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

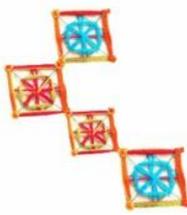
BARBOSA, Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> . Acesso 27/09/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 24/09/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 20/09/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 29/09/2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.



Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAMPOS, Rosânia; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. BNC e educação infantil: quais as possibilidades? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 353-366, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 29/09/2020.

CEZARI, Eduardo; SOUSA, Jil-vanny da Silva Cunha; CUNHA, Rogério de Sousa. A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: conceitos e propostas de um currículo. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, Especial 2, p. 456-475, outubro. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p456>. Acesso em 29/09/2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MELLO, Ana Paula Barbieri de; SUDBRACK, Edite Maria. Caminhos da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, SP, v. 5, p. 1-21, 2019.

MINAYO, M. C. S. (org.). DESLANDES, S. F. GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.* 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Suely Amaral Mello; SILVA, Greice Ferreira da. BNCC: um currículo integrador da infância brasileira? **Revista Debates em Educação**. Maceió, Vol. 8, no 16, Jul./Dez. 2016.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional.* Petrópolis, RJ: Vozes, p.69, 2002.